

 10.46943/X.CONEDU.2024.GT21.032

# MAPEAMENTO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL NOS MUNICÍPIOS DE ARARIPE/CE, CAMPOS SALES/CE E SALITRE/CE: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A BNCC

Luciana Lourenço da Silva<sup>1</sup>  
Luiza Michele de Jesus Pereira<sup>2</sup>  
Paloma dos Santos de Oliveira<sup>3</sup>  
Jany Mery Alencar Leite<sup>4</sup>

## RESUMO

O estudo teve início em abril de 2023, trata-se de um mapeamento realizado com 54 escolas de ensino fundamental da rede pública de ensino do Ceará, sobre a revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) com vistas a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Envolveu diretamente 17 escola de Araripe/CE, 18 de Campos Sales/CE e 19 Salitre/CE, totalizando 54 escolas mapeadas. Teve como objetivo principal demonstrar se no PPP das escolas objeto de estudo, ocorreu a inserção das novas diretrizes de aprendizagem da Educação Básica previstas na BNCC. De natureza exploratória e abordagem quali-quantitativa, a pesquisa adotou o questionário semiestruturado, a sondagem documental do PPP e a visita in loco as escolas, como procedimentos metodológicos de coleta de dados. No suporte teórico sobre tema, temos os seguintes autores: Cavagnari (1998), Esteban (2010), Fonseca (2012), Libâneo (2012), Veiga (2001). Frente aos dados coletados de agosto a outubro de 2023, percebe-se discrepâncias que indicam a necessidade de maior atenção ao processo de revisão do PPP com vistas a implantação das competên-

1 Graduada do Curso de Letras Universidade Regional do Cariri – URCA, luciana.lourenço@urca.br;

2 Graduada do Curso de Letras da Universidade Regional do Cariri - URCA, luiza.michele@urca.br;

3 Graduada do Curso de Letras da Universidade Regional do Cariri - URCA, paloma.oliveira@urca.br;

4 Mestre do Curso de Letras da Universidade Regional do Cariri - URCA, jany.alencar@urca.br.

cias e habilidades prevista na BNCC. Considerada a primeira etapa para alinhar o currículo escolar a Base Nacional, a adequação e revisão do PPP é prescrita como fundamental para a concretização do desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens. Portanto, é preciso avançarmos para que nas escolas públicas de ensino fundamental, a rede municipal de educação assegure tempos e espaços que concretizem a singular oportunidade de a comunidade escolar participar efetivamente da elaboração, ajuste e/ou revisão do PPP, enquanto construto essencial na garantia de direitos e objetivos de aprendizagem na Educação Básica.

**Palavras-chave:** PPP, Mapeamento, BNCC.

## INTRODUÇÃO

Com início em abril de 2023, o estudo foi realizado a partir da Chamada Pública Nº 02/2023 PIBIC-URCA-FECOP, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRPGP), submissão de projetos de iniciação científica para os campi da Universidade Regional do Cariri - URCA. Intitulada “O Projeto Político Pedagógico à Luz da BNCC: mapeamento das escolas de Ensino Fundamental nos municípios de Araripe/CE, Campos Sales/CE e Salitre/CE”, a pesquisa envolveu diretamente 54 escolas de ensino fundamental da rede pública de ensino, sendo: 17 escolas de Araripe/CE, 18 de Campos Sales/CE e 19 Salitre/CE. Ocorreu a partir do mapeamento sobre a revisão do Projeto Político Pedagógico com vistas a implantação das diretrizes de aprendizagem prescritas na Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Teve como objetivo geral mapear as escolas de ensino fundamental nos municípios supracitados, com vistas a identificar a situação do Projeto Político Pedagógico em relação a implantação das diretrizes previstas na BNCC.

De natureza exploratória e abordagem quali-quantitativa, a coleta de dados ocorreu no período de agosto a outubro de 2023, com aplicação de questionário semiestruturado, sondagem documental do PPP e visita in loco as 54 escolas mapeadas. Do total dessas escolas, 49 responderam ao questionário e permitiram o acesso ao PPP da escola, sendo 05 o número de escolas que não participaram do processo de coleta de dados. Em 04 escolas responderam ao mesmo questionário a direção geral e a coordenação pedagógica, totalizando 53 respondentes.

Os dados coletados demonstram que em 23 das escolas estudadas não há no PPP referência as diretrizes de aprendizagem, habilidades e competências prescritas na BNCC; em 22 escolas são mencionadas competências como aquisição de conhecimento, pensamento científico, comunicação, cultural digital e argumentação; em 02 escolas é apontada de forma generalista a importância de “Competências e habilidades, necessárias de ser trabalhada em cada componente curricular estudada pelos alunos”; e apenas uma escola afirmou que “Não Constar o alinhamento a BNCC”.

Dessa forma, considera-se a necessidade de maior atenção ao processo de revisão do PPP com vistas a implantação da BNCC junto as escolas de ensino fundamental públicas dos municípios estudados.

## METODOLOGIA

O estudo trata-se de pesquisa educacional, a qual implica no envolvimento direto, atento, responsável e ético com a realidade vivenciada e observada sistematicamente. Segundo enfatiza Gatti (2001), no que diz respeito a pesquisa educacional, há uma ânsia de compreender processos e situações, que, para o pesquisador atento e crítico, estão à margem ou além do usual modelo de explicações.

Logo, o método adotado é de abordagem qualitativa e a pesquisa de tipo exploratória. Ghedin e Franco (2011) defende a utilização da pesquisa qualitativa para compreender o fenômeno educativo, pois esta metodologia leva em consideração as condições de vida, a complexidade das variáveis sociais inerentes ao objeto de estudo. Para os autores, a pesquisa nesta perspectiva deve ser um instrumento político, com o objetivo de produzir conhecimentos que sejam para o bem comum da humanidade.

Considerando que a pesquisa se trata de um estudo de caso que para Gil (2002), representa uma modalidade de pesquisa que visa estudar um ou mais objetos específicos de maneira extensa e exaustiva, para que se obtenha o máximo de conhecimentos acerca dos fenômenos abordados. Segundo o autor o estudo de caso é uma abordagem metodológica caracterizada pela possibilidade de realizar uma investigação intensa em determinado setor. Salienta a natureza de profundidade e a exposição minuciosa dos detalhes deste tipo de pesquisa, sendo esta metodologia proposta para investigar e entender fenômenos próprios de um ambiente determinado.

Portanto, o estudo tem como objetivo identificar se nas escolas de ensino fundamental dos municípios de Araripe/CE, Campos Sales/CE e Salitre/CE, ocorreu a adequação no Projeto Político Pedagógico das escolas mapeadas às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular – BNCC; é importante frisar o caráter pioneiro do estudo que contou com as seguintes atividades planejadas e realizadas:

- **Atividade 1** – Inicialmente ocorreu o planejamento das etapas de coleta de dados nos municípios de Araripe/CE e Campos Sales/CE, sendo ampliado também para o município de Salitre/CE;
- **Atividade 2** - Levantamento de dados das escolas municipais em sites como o IBGE, INEP, e outros, visando a descrição das mesmas.

Concluímos no final de maio de 2023 a etapa de identificação de 54 escolas públicas de ensino fundamental dos três municípios com a listagem das mesmas contendo endereço, contatos e indicadores de avaliação.

- **Atividade 3** - Definição de cronograma de coleta de dados, em conformidade com gestão das escolas após agendamento prévio. Em junho foi elaborada a listagem das escolas e realizado o agendamento prévio, por meio de whatsapp, junto a direção geral das escolas de ensino fundamental dos três municípios estudados. Em seguida, definimos o período de visitas com a divisão da equipe de pesquisa por municípios. Também foi elaborada Carta de Apresentação da pesquisa e Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), possibilitando aos sujeitos da pesquisa o mais amplo esclarecimento sobre a investigação a ser realizada, seus riscos e benefícios, para que a sua manifestação de vontade no sentido de participar (ou não), seja efetivamente livre e consciente.
- **Atividade 4** - Elaboração de instrumento de mapeamento do PPP das escolas: Em julho de 2023 a equipe de pesquisa definiu coletivamente o instrumento de coleta de dados – Questionário. Nesse período também foi ajustado o cronograma de pré-teste do questionário e organizada a agenda de visitas às escolas para coleta de dados junto a direção geral e/ou coordenação pedagógica das escolas mapeadas. Portanto as atividades ocorreram conforme planejado tendo sido realizado em julho três encontros da equipe de pesquisa, sendo um presencial e dois remotos.
- **Atividade 5** - Coleta de dados nas escolas municipais de ensino fundamental de Araripe/CE, Campos Sales/CE e Salitre/CE: A etapa de coleta de dados envolveu a visita in lócus as 54 escolas, sendo 17 escola de Araripe/CE, 18 de Campos Sales/CE e 19 Salitre/CE, e ocorreu no período de agosto a outubro de 2023.
- **Atividade 6** - Sistematização, análise dos dados e comunicação dos resultados da pesquisa. O processo de sistematização e análise dos dados ocorreu entre outubro e novembro com o agrupamento dos dados coletados e a organização de quadro de indicadores das respostas obtidas. A comunicação dos resultados vem se dando desde

dezembro de 2023 a partir da VIII Semana Universitária da URCA – XXVI Semana de Iniciação Científica da URCA.

Portanto, o estudo teve como objetivo geral mapear nas escolas desses municípios a situação do Projeto Político Pedagógico em relação a implantação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, cujo processo de coleta de dados ocorreu no período de agosto a outubro de 2023, por meio da aplicação de questionário semiestruturado, sondagem documental do PPP e visita in loco as escolas mapeadas.

Dessas 49 responderam ao questionário e permitiram o acesso ao PPP da escola, sendo 05 o número de escolas que não participaram do processo de coleta de dados. Em 05 escolas mapeadas responderam ao mesmo questionário a direção geral e a coordenação pedagógica, totalizando 53 respondentes. Segundo essa lógica, a coleta de dados ocorreu de presencialmente, onde, para a realização da aplicação do questionário pela equipe de pesquisa foi apresentado e solicitado aos respondentes ler e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Dessa forma, consideramos que os objetivos elencados na pesquisa foram alcançados tendo sido realizado o mapeamento das 54 escolas de ensino fundamental públicas dos municípios estudados; e com a demonstração de que em 23 dessas escolas não há no PPP referências consistentes relacionadas a diretrizes de aprendizagem, habilidades e competências previstas na BNCC. A título de constatação, em 22 das escolas mapeadas são mencionadas superficialmente algumas competências que compõem a BNCC, tais como a aquisição de conhecimentos, pensamento científico, comunicação, cultural digital e argumentação; em 02 é apontada de forma generalista a importância de “Competências e habilidades, necessárias de ser trabalhada em cada componente curricular estudada pelos alunos”; e apenas uma escola afirmou que Não Consta no seu PPP o alinhamento a BNCC.

Logo, a metodologia da pesquisa possibilitou trilhar do percurso acima descrito de maneira planejada e com o uso de ferramentas, técnicas de pesquisa e instrumentos para coleta de dados, como o questionário semiestruturado, a sondagem documental do e a visita in loco as escolas, que resultaram no mapeamento de 54 escolas nos municípios de Araripe/CE, Campos Sales/CE e Salitre/CE, e na identificação de como nas escolas mapeadas vem ocorrendo a implan-

tação das diretrizes de aprendizagem, competências e habilidades prescritas na BNCC.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A BNCC é um documento normativo que se pauta na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (1996), no Plano Nacional de Educação (2014), uma vez que esses documentos mencionam uma base curricular comum para a educação básica, e vêm conduzindo mudanças importantes na gestão, organização e efetivação da educação escolar.

Tais mudanças se justificam como sendo essenciais para promover uma educação que possibilite aprendizagens igualitárias, norteados pela compreensão de uma base curricular comum, como destacado no trecho a seguir: - [...] para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental” (Brasil, 2017a, p.8).

Nesse contexto de mudanças a revisão do Projeto Político Pedagógico é a primeira etapa para alinhar o currículo escolar à BNCC. A partir desse enfoque pode ser compreendido que as ações norteadoras da BNCC na escola perpassam pela necessidade de adequação e revisão do seu Projeto Político Pedagógico. Logo, as escolas são obrigadas a revisar e adaptar seu PPP para garantir a conformidade com os novos currículos da Base Nacional. Essa revisão é prescrita como fundamental para a concretização das competências e habilidades de desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens na educação básica.

Por sua vez, o PPP em seu marco legal nos remete historicamente a própria Carta Magna de 1988; a constituição brasileira reforça a autonomia das instituições de ensino para constituir seus projetos pedagógicos e estabelece princípios para a educação nacional, garantindo o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas nas escolas públicas e privadas de todo o país. Assim, no Brasil o PPP é resultado da luta pela redemocratização do país que marca o período pós-ditadura militar e a década de 80, época em que o planejamento educacional seguia um modelo padronizado.

Nesse mesmo sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9394/1996, em seus artigos 12, 13 e 14, atribui aos estabelecimentos de ensino

a incumbência de elaborar e executar, de forma democrática, seus Projetos Pedagógicos. O artigo 12, inciso I, determina que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, têm a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica (Brasil, 1996). Ainda conforme a LDB 9394/96, o PPP deve nortear todas as ações pedagógicas de cada instituição e se mantém em permanente discussão e reformulação de seus objetivos e metas, na busca de alternativas que possam viabilizar a melhoria da qualidade do ensino.

Logo, no marco legal que regula a elaboração e implementação do PPP, normativas específicas do Conselho Nacional de Educação (CNE), como a Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, também convergem para a orientação sobre a importância da elaboração do PPP nos sistemas públicos de ensino. Conforme frisa a referida Diretriz:

Art. 42. São elementos constitutivos para a operacionalização destas

Diretrizes o projeto político-pedagógico e o regimento escolar; o sistema de avaliação; a gestão democrática e a organização da escola; o professor e o programa de formação docente.

Art. 43. O projeto político-pedagógico, interdependentemente da autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira da instituição educacional, representa mais do que um documento, sendo um dos meios de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social.

§ 1º A autonomia da instituição educacional baseia-se na busca de sua identidade, que se expressa na construção de seu projeto pedagógico e do seu regimento escolar, enquanto manifestação de seu ideal de educação e que permite uma nova e democrática ordenação pedagógica das relações escolares.

§ 2º Cabe à escola, considerada a sua identidade e a de seus sujeitos, articular a formulação do projeto político-pedagógico com os planos de educação – nacional, estadual, municipal –, o contexto em que a escola se situa e as necessidades locais e de seus estudantes. (Brasil, 2010)

Por sinal, na política educacional o PPP de uma escola é um instrumento que pode gerar uma mudança significativa, é expressão de autonomia da escola no sentido de formular e executar sua proposta de trabalho. Sendo sua elaboração de responsabilidade técnica e política dos educadores, se configura como

um instrumento político de toda a comunidade escolar; a LDB (Lei nº 9.394/96) regulamenta a gestão democrática da escola e tem o PPP como processo fundamental para a efetivação dessa gestão democrática no espaço escolar.

Da mesma forma, diversos estudiosos da educação, ancorados numa visão emancipatória de educação pública, descrevem características e atributos relevantes ao PPP. Gadotti (1998), reflete que o PPP é um momento importante de renovação da escola pois permite as pessoas se envolverem em sua elaboração, buscando alicerçar-se no desenvolvimento de uma consciência crítica. Para Cavagnari (1998), o PPP se constitui como eixo central na organização do trabalho escolar que deve ter por meta a melhoria das escolas, perseguindo a real aprendizagem dos alunos. Resende (1995; 2001), destaca que o PPP suscita a oportunidade para a escola desafiar-se, experimentando a “aventura” de ser autora de seu processo educativo, resgatando, assim, sua identidade, sua intencionalidade, revelando seus compromissos para com a sociedade.

Nas palavras de Libâneo (2004) o PPP é a identidade da escola, é o documento que descreve e caracteriza objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a serem desenvolvidos na escola. Para Vasconcellos (1995), o PPP permite a escola conhecer e enfrentar os desafios do cotidiano, sendo este, parte de uma metodologia de trabalho que ressignifica as ações da instituição. O Projeto Pedagógico é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. (Vasconcellos, 1995 p. 143).

Destaca ainda Ilma Passos Alencastro Veiga (2003), a reflexão sobre o significado de inovação e projeto político pedagógico, aportando duas perspectivas: como uma ação regulatória ou técnica e como uma ação emancipatória ou edificante. A autora faz uma análise comparativa entre assumir o PPP como um documento pronto e acabado - inovação regulatória; ou como produto da reflexão da realidade interna da instituição referenciada a um contexto social mais amplo – inovação emancipatória.

Todavia, sabemos que a elaboração e mesmo atualização e/ou revisão de um Projeto Político Pedagógico (PPP) demanda um processo que envolve a comunidade escolar e requer planejamento, reflexão e colaboração. Para tanto deve ser garantido o princípio da participação democrática no processo de construção desse documento de forma a oportunizar o envolvimento de gestores, professores, alunos, pais e demais membros da comunidade escolar; pois,

é a partir do envolvimento desses diversos segmentos que compõem a escola que serão definidas, orientadas e organizadas as ações de gestão, as demandas pedagógicas, administrativas e os tempos e espaços escolares, de forma a assegurar qualidade ao ensino público, bem como o cumprimento da função social da escola.

No tocante a sua aplicação no contexto educacional brasileiro, na prática a elaboração coletiva e participativa do PPP é o que dá voz aos diversos seguimentos que compõem a comunidade escolar. É tanto que o primeiro passo desse processo é a criação de uma comissão responsável pela organização das atividades; em seguida a realização de diagnóstico da realidade escolar. Para então prosseguir com a definição de objetivos e metas; a estrutura curricular, plano de ação e cronograma de atividades. A gestão democrática, avaliação e monitoramento, formação continuada e capacitação também são elementos que compõem o PPP.

Importante frisar que todas essas etapas partem do princípio da gestão democrática da escola, tendo como desafio maior conseguir engajar e envolver todos os membros da comunidade escolar, incluindo professores, alunos, pais e funcionários, no processo de elaboração do PPP. Perdura ainda a necessidade de formação contínua e adequada dos professores e gestores para a elaboração e execução do documento; e por fim, destacar os contextos de vulnerabilidade social e econômica que afetam diretamente o ambiente escolar e o desempenho dos alunos e que precisam ser considerados no processo de construção desse Projeto.

Como ressalta Veiga (2002, p. 13-14), o PPP é também um instrumento que identifica a escola como uma instituição social, voltada para a educação, portanto, com objetivos específicos para esse fim. Ao se construir o projeto político-pedagógico, é fundamental que se tenha em mente a realidade que circunda a escola; realidade que se expressa no contexto macro da sociedade: econômico, político e social; e aquela que se verifica ao entorno da escola.

Frente ao exposto, entendemos ser necessário rever nossos conceitos sobre o Projeto Político Pedagógico da escola partindo de referenciais presentes na realidade cotidiana de cada escola. Para tanto é preciso considerarmos que na construção coletiva do PPP deve ser garantida a participação da comunidade escolar de acordo com o que Luck (2010) nos diz, ao afirmar que a participação em seu sentido pleno é a mobilização efetiva dos esforços individuais para superação de atitudes de acomodação, de alienação, de marginalidade, e reversão

desses aspectos pela eliminação de comportamentos individualistas, pela construção de espírito de equipe, que são adequadamente entendidos e assumidos por todos.

No mesmo sentido, ressalta Antônio Nóvoa (IX CONEDU 2023) que “[...] nós já falamos muito sobre todas essas coisas de formação, PPP, do papel da escola, mas se ainda não fazemos é porque ainda não aprendemos a fazer.” Portanto, precisamos aprender a fazer considerando a realidade singular e plural que compete a escola e ao professor neste século XXI, na era do conhecimento e da IA, TIC, AVA, IOT, WEB, etc.

Logo, dada a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP), inclusive por representar a própria identidade da escola, a sua elaboração deve contar com o envolvimento e compromisso de todos que fazem a comunidade escolar. Da mesma forma, demanda uma oportunidade de entender os desafios e oportunidades na implantação de uma Base Nacional Comum Curricular à luz do Projeto Político Pedagógico das escolas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram mapeadas 54 escolas, sendo que 49 responderam ao questionário e permitiram o acesso ao PPP da escola, e cinco não participaram do processo de coleta de dados. Também em cinco escolas responderam ao mesmo questionário a direção geral e a coordenação pedagógica, totalizando 53 informantes.

Assim, das respostas obtidas na pesquisa de campo destacamos na análise dos dados, de natureza exploratória e coletados no período de agosto a outubro de 2023 por meio do questionário aplicado junto aos gestores, coordenadores pedagógicos, professores e funcionários das escolas mapeadas, os seguintes resultados expressivos:

Sobre o perfil dos respondentes obtivemos a participação de 31 gestores, 16 coordenadoras pedagógicas, 04 professoras e 02 funcionários/secretário escolar. A participação massiva dos gestores como informantes se deu em virtude de agendo prévio da visita presencial da equipe de pesquisa com vistas a coleta de dados. A acolhida e disponibilidade dos gestores em participar foi algo perceptível, tendo em vista a necessidade de serem ouvidos com relação a vários aspectos da realidade escolar. Com isso, o acesso ao documento físico do PPP das escolas mapeadas foi fácil, sem entraves por parte dos gestores.

No tocante a pergunta 1) *Há quanto tempo você atua na Educação Básica?* 08 informantes afirmaram estar entre um e três anos atuando na educação básica/ 05 de quatro a seis anos/ 11 de oito a dez anos/ 14 entre onze e dezesseis anos/ 07 atuam entre 17 e 22 anos/ 06 entre 23 e 25 anos/ e 01 há mais de 33 anos atuando na educação básica. As respostas obtidas indicam um percentual significativo de professores com mais de quatro anos de experiência em sala de aula. Um período representativo de vivência e aprendizagens no tocante ao processo de ensino e aprendizagem; bem como, da organização e gestão do espaço escolar, inclusive, alusivo ao conhecimento e vivência sobre o papel do PPP na gestão democrática da escola.

Com isso ressaltamos que um profissional com mais de quatro anos de experiência já deve ter tido a oportunidade de participar da elaboração e/ou revisão de um PPP da escola onde atua ou já atuou como profissional.

Já a pergunta 2) *Quantos anos trabalha nessa escola?* Indica como respostas representativas o fato que 27 respondentes da pesquisa estão entre um e quatro anos trabalhando na mesma escola. 09 respondentes estão entre cinco e oito anos; mais 09 entre nove e dezesseis anos, e 06 estão entre dezessete e vinte anos trabalhando na mesma escola. Percebe-se com os dados quantitativos apontados acima que a maioria dos respondentes estão entre um e oito anos atuando na mesma escola, em verdade são 36 os respondentes nesse perfil; com isso presume-se que esse profissional possui um nível de interação, apropriação e conhecimento da realidade representativo e já consolidado. Logo, para esse profissional não seria difícil identificar como na prática de sala de aula as habilidades e competências prescritas na BNCC estão sendo implantadas como reflexo da sua inserção do PPP da escola, ou seja, até que ponto aquilo que está sendo implantado pela Base de fato está inserida, embricada na realidade cotidiana da escola.

Na questão 3) *Você conhece ou já leu o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola?* 46 respondentes afirmaram que Sim/ 04 que Não conhecem/ 02 responderam que o PPP está em revisão/ 01 que a escola ainda não tem PPP. Como relação a essa questão é importante destaque o fato de a expressiva maioria de respondentes afirmar conhecer ou já ter lido o PPP da escola em que atua. Esse dado credibiliza ainda mais as respostas obtidas com o questionário da pesquisa; uma vez que demonstra envolvimento e conhecimento dos respondentes acerca do processo de elaboração e revisão do PPP da escola em que atuam.

Com relação a pergunta 4) que trata sobre o período em que ocorreu a última revisão do PPP, observamos no gráfico abaixo maiores detalhes:

**Gráfico 1** – Ano de Revisão do PPP



Fonte: Autora

Logo, no gráfico acima está descrito que 20 respondentes indicaram que o PPP foi revisado em 2023/ 12 disseram que foi revisado em 2021/ 07 responderam que em 2022/ 01 afirmou que a última revisão foi em 2019/ 02 informaram ter sido em 2018. Já 03 respondentes disseram que o PPP da escola está em processo de revisão; e duas escolas realizaram a última revisão em 2013. Necessário destacar que 08 participantes da pesquisa optaram por não responder a essa pergunta. De forma expressiva os dados apontam que a grande maioria, 40 respondentes, informaram que as escolas mapeadas revisaram o seu PPP no período entre 2019 e 2023, tendo 50% destas realizado esse processo em 2023. Com isso, confirma-se a perspectiva de que em 2023 a implantação da BNCC, em curso no sistema público de ensino, deve ser do conhecimento dos respondentes.

Na pergunta 5) *Você participou da última atualização do PPP da escola?* 42 responderam que Sim/ 07 que Não/ 02 que o PPP está em fase de elaboração/ 02 não responderam. Também é expressivo o número de respondentes que confirmaram ter participado, na escola em que atuam, do processo de revisão do PPP. O que demonstra uma possível apropriação com relação aos elementos constitutivos desse documento e o conhecimento de causa das mudanças

necessárias a inserção das competências e habilidades da BNCC, inclusive, no tocante a dimensão curricular e as transformações demandadas pela Base para que sejam inseridas práticas pedagógicas que garantam os direitos de aprendizagens, de acordo com as realidades locais.

Já a questão 6) *O PPP da escola está alinhado a BNCC?* 43 respondentes afirmaram que Sim/ 03 que Não está alinhado/ 02 Sem Resposta/ 02 afirmaram estar Em Elaboração/ e 03 responderam que o PPP está Em Parte alinhado a BNCC. Conforme indicam os dados, o maior quantitativo de respondentes, ou seja, 97%, afirmaram que o PPP da escola em que atuam está alinhado a BNCC, com a prescrição dos conhecimentos, competências e habilidades a serem desenvolvidas na educação básica, em escolas de ensino fundamental. Necessário apontar que 42 respondentes afirmaram ter participado do processo de revisão do PPP nas escolas em que atual com vistas a inserção de competências e habilidades indicadas na BNCC; tendo essa revisão ocorrida durante o ano de 2023 em 50% das escolas mapeadas.

Com relação a pergunta 7) *Na sua opinião a elaboração do PPP é uma obrigação ou uma necessidade?* 36 responderam que é uma Obrigação e Necessidade / 13 afirmaram ser uma Necessidade/ 04 não responderam. A resposta mais expressiva quantitativamente representa uma compreensão do PPP como uma normativa amparada por arcabouço legal, mas também enquanto uma vivência necessária a organização, planejamento, construção da identidade, gestão, currículo, tempos e espaços da escola. O PPP como obrigação e necessidade demanda ainda a compreensão da amplitude que representa o processo coletivo de elaboração e revisão desse documento na condução dos avanços necessários à escola, em sua especificidade, desafios e fortalezas. De toda forma, há nessa dimensão a compreensão da importância do PPP como algo necessário à construção da identidade da escola por meio do envolvimento de todos que compõem a comunidade escolar.

Ainda no processo de análise do estudo, considerar a observação descritiva do documento físico do PPP nas escolas mapeadas, a partir da apreciação ao documento, onde identificamos que em 23 das 49 escolas estudadas, não há referência textual as diretrizes de aprendizagem, competências e habilidades prescritas na BNCC. Por outro lado, em 22 escolas são mencionadas expressões e termos no corpo do texto, como “competências, aquisição de conhecimento, pensamento científico, comunicação, cultural digital e argumentação”; em 02 escolas é descrito no PPP de forma generalista a importância de “Competências

e habilidades, necessárias de ser trabalhada em cada componente curricular estudada pelos alunos”; e apenas 03 escolas afirmaram que “Não Constar o alinhamento a BNCC”.

Com isso identificamos e ressaltamos a necessidade de estudos aprofundados sobre essa temática considerando a relevância e importância do PPP e da BNCC nos rumos da educação pública nacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerada a primeira etapa para alinhar o currículo escolar a Base Nacional Comum Curricular, a adequação e revisão do Projeto Político Pedagógico é prescrita como fundamental para a concretização do desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens no âmbito escolar.

Todavia, frente aos dados coletados percebe-se discrepâncias nas respostas obtidas em sua comparação com o que está descrito no PPP apresentado nas escolas mapeadas; a princípio podemos considerar essa divergência como um indicador da necessidade de maior atenção ao processo de revisão do PPP das escolas de ensino fundamental. Indicadores representativos apontam que é necessários maior atenção ao processo de revisão do PPP das escolas mapeadas com vistas a implantação da BNCC.

Portanto, é preciso avançarmos para que nas escolas públicas de ensino fundamental a rede municipal de educação assegure tempos e espaços que concretizem a singular oportunidade da comunidade escolar, de fato e de direito, participar efetivamente da elaboração, ajuste e/ou revisão do PPP, inclusive, enquanto construto essencial na garantia de direitos e objetivos de aprendizagem da Educação Básica.

Concluindo, destacamos um ponto de reflexão importante para nós educadores, que é a necessidade imperante de questionarmos os porquês de no sistema de ensino público brasileiro não ser considerados os tempos e espaços para a construção desse importante documentos norteador do ser e fazer da escola? E ainda, frisar que a não efetivação dos processos de construção coletiva do PPP, contando com o real e concreto envolvimento da comunidade escolar, representa, em última instância, o silenciar das vozes dos diversos segmentos que compõem o cotidiano escolar.

Por fim, mencionar que ao tempo que avança no âmbito legal a implantação das escolas em tempo integral é urgente levantarmos a bandeira da

necessidade de garantirmos processos internos de tempos, espaços e planejamento escolar que viabilizem a elaboração coletiva, participativa, e processual do PPP. Não podemos deixar de referenciar que a escola não é apenas e tão somente a reprodução da sociedade, ela deve e pode se constituir também como espaço de oportunidades de experimentações e vivências, inclusive, no tocante a gestão democrática da escola.

Lembrando a afirmativa de Betini (2005) de que a articulação entre o projeto político pedagógico, o acompanhamento das ações, a avaliação e utilização dos resultados, com a participação e envolvimento das pessoas, o coletivo da escola, pode levá-la a ser eficiente e eficaz.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos, ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) e a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). A Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa - PRPGP/URCA. Aos gestores, coordenações pedagógicas, professores e funcionários das escolas que participaram como respondentes da pesquisa; as alunas bolsistas e voluntárias do Curso de Licenciatura em Letras da URCA - Campus Avançado de Campos Sales/CE.

## REFERÊNCIAS

CAVAGNARI, L. B. **“Projeto Político-Pedagógico, Autonomia e Realidade Escolar: entraves e contribuições”**. in: VEIGA, I. P. A. e RESENDE, L. M. G. (orgs.). Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 1998, pp. 95-112.

BETINI, Geraldo Antonio. **A construção do projeto político-pedagógico da escola, EDUC@ção** - Rev. Ped. - UNIPINHAL – Esp. Sto. do Pinhal – SP, v. 01, n. 03, jan./dez. 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 1988. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 01 mar. 2023.

BRASIL. **Lei n.13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017a. Disponível em: (<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base/>) Acesso em: 30 mar. 2023.

ESTEBAN, M. P. S. Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002.

GATTI, B. A. **Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo**. Cad. Pesquisa, Jul 2001, no.113, p.65-81. ISSN 0100-1574. MAROUN, K.; CARVALHO, E. Experiências de educação quilombola: as relações entre escola e comunidade. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 26, n. 49, p. 87-102, maio/ago. 2017. <http://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2017.v26.n49.p87-102>

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos; Organização e Gestão da escola: teoria e prática. 5 ed. Goiânia, GO: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estruturas e organização** – 10. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

LÜCK, Heloísa. A gestão participativa na escola. 6.ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2010.

RESENDE, L. M. G. (orgs.). **Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 1998, pp. 33-48.

VEIGA, I.P. A. Projeto político-pedagógico: continuidade ou transgressão para acertar? In: CASTANHO, M.E.L.M.; CASTANHO, S. (Org.). *O que há de novo na*

*educação superior: do projeto pedagógico à prática transformadora.* Campinas: Papyrus, 2000.

VEIGA, I.P.A. Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, I.P.A.; FONSECA, M. (Org.). *Dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola.* Campinas: Papyrus, 2001.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (Org.) *Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível.* 15.ed. Campinas: Papyrus Editora, 2002.